



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DAS LICENCIATURAS INTERDISCIPLINARES  
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS /SOCIOLOGIA

**HELENA CHRYSTYNA RODRIGUES SILVA CUNHA**

**REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA  
MUNICIPAL VITOR COSTA NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA –  
MA**

SÃO BERNARDO – MA

2024

**HELENA CHRYSTYNA RODRIGUES SILVA CUNHA**

**REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA  
MUNICIPAL VITOR COSTA NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA –  
MA**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao  
Curso de Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade  
Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do  
diploma de graduação em Ciências Humanas.

Orientador: Dr. Josenildo Campos Brussio

**SÃO BERNARDO – MA**

**2024**

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Rodrigues Silva Cunha, Helena Chrystyna.

REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA  
ESCOLA MUNICIPAL VITOR COSTA NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE  
ALMEIDA MA / Helena Chrystyna Rodrigues Silva Cunha. -  
2024.

33 f.

Orientador(a): Dr. Josenildo Campos Brussio.

Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade  
Federal do Maranhão, UFMA/CCSB - Google Meet, 2024.

1. Educação Inclusiva. 2. Ensino Regular. 3.  
Reflexões Pedagógicas. I. Campos Brussio, Dr. Josenildo.  
II. Título.

**HELENA CHRYSTYNA RODRIGUES SILVA CUNHA**

**REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA ESCOLA  
MUNICIPAL VITOR COSTA NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA –  
MA**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao  
Curso de Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade  
Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do  
diploma de graduação em Ciências Humanas.

Orientador: Dr. Josenildo Campos Brussio

APROVADA EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Dr. Josenildo Campos Brussio – UFMA/São Bernardo (Orientador)**

Doutor em Psicologia Social - UERJ

---

**Dra. Rachel Tavares de Moraes – UFMA/São Bernardo**

Doutora em Educação - UFRN

---

**Ma. Camila Oliveira Neves – FAP/Chapadinha**

Mestra em Educação - UFPI

Dedico este trabalho a Deus, minha família e amigos, por me incentivar e apoiar em todos os momentos dando força para nunca desiste, com toda atenção e compreensão.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por todo amor e por ter me sustentado e guiado pelos caminhos certos, nos momentos de medo, aflição, ter sondado minha mente e aquietando minha alma me fazendo descansar. Por sempre está ao meu lado, quando a distância não permitia está ao lado da minha família.

A minha família, por mesmo estando longe, estava presente em meu coração, me apoiando e ajudando, em especial ao meu esposo, sempre compreensivo, apoiando no meu sonho, ao meu pai, que sempre dava um jeito em me ver, aos meus irmãos que estava sempre disponível para me levar ou está comigo quando meu esposo não podia, minha irmã que sempre dormia comigo para não ficar só, minha mãezinha que sempre me ajudou em tudo que necessitava sendo minha maior inspiração de determinação e dedicação, a minha prima que esteve do meu lado me ajudando em tudo que necessitava e aos meus sogros. E aos meus pastores e irmãos em Cristo por toda oração e incentivo.

Agradeço aos meus amigos que tive a oportunidade de conhecer e sempre levarei comigo cada amizade, principal a Laís Sousa, Dackson Araújo, Ritiele Marques, Ricarcio Marques, Raquel gomes, nessa jornada desde o início, sempre unidos e nos ajudando. Além da amizade, agradeço por sempre me compreenderem e por cada conselho, ajuda e compartilhamento de conhecimento, vocês são mais que amigos, são meus irmãos. Ao Fabisnaldo e Felipe, além da amizade, mesmo ocupado, sempre que pedia ajuda, estava disponível para me ajudar, obrigado por tudo. Ao Lucas, Kaniele, Lalá, Wanderson, por sempre nos alegrar, e tornar cada momento único. Agradeço a professora Délia por todo aprendizado e por sua amizade.

Agradeço todos que me acolheram nas suas casas, quando não tinha lugar para ficar, a minha prima Elinaria, José Cláudio e ao Fabisnaldo, eternamente grata a cada um, jamais poderei contribuir o que me fizeste, peço ao Senhor benções sobre a vidas de vocês.

Gostaria de deixar registrado minha gratidão a instituição da Universidade Federal do Maranhão – campus de São Bernardo, que disponibilizou todas as ferramentas precisam para minha formação, seu corpo docente, a equipe administrativa, a coordenação, enfim, toda equipe da universidade.

Em especial, meus agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Josenildo Campus Brussio, principalmente por ter aceitado eu ser sua orientanda, por toda paciência e dedicação, por todo comprometimento, por sua disponibilidade, por cada orientação que contribuiu de forma única para colaboração do TCC, sem sua orientação nada disso seria possível. Por ser

essa pessoa maravilhosa e única, que nos motiva sempre, principalmente por ser essa pessoa alegre. E não poderia esquecer de agradecer por fazer parte do seu grupo de pesquisa GEPEMADEC.

Agradeço aos professores que fizeram parte da banca examinadora, por cada contribuições e sugestões.

Agradeço a instituição escola que faço parte, a cada um, principalmente a diretoria, que sempre me ajudou e me compreendia, liberando sempre que necessário para realizações de atividades na universidade.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuiu para minha formação acadêmica.

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL VITOR COSTA NO MUNICÍPIO DE MAGALHÃES DE ALMEIDA - MA

Helena Chrystyna Rodrigues Silva Cunha<sup>1</sup>

Josenildo Campos Brussio (Orientador)<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho aborda um estudo sobre a Educação Inclusiva no município de Magalhães de Almeida – MA, a partir de uma escola localizada na zona rural. O objetivo do artigo é apresentar reflexões para uma educação inclusiva na escola municipal Vitor Costa. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa dividida em duas partes: na primeira, realizamos a pesquisa bibliográfica e, na segunda, a pesquisa de campo com a comunidade escolar na qual aplicamos questionários pelo *Google Forms*. Foram utilizadas referências bibliográficas sobre esse tema e que contribuíram para o reforço dessa abordagem, entre eles destacam-se Oliveira e Dias (2022), Rocha e Vieira (2021), Sanches (2005), Plaisance (2015), Mantoan (2003), Declaração de Salamanca (1994), Monteiro e Silva (2015), dentre outros autores. Como resultados, temos que o ambiente escolar da rede regular de ensino ainda tem um longo caminho a percorrer para se tornarem realmente inclusiva, conforme o esperado e proposto nas políticas educacionais inclusivas e nos estudos que versam sobre a Educação Inclusiva. Visto que, para se obter uma educação inclusiva, é necessário ir além da integração de alunos com deficiência em salas regulares; é preciso tomar o ambiente escolar um espaço que valorize e respeite a diversidade, onde todos possam usufruir de uma educação igualitária, inclusiva e transformadora.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Reflexões Pedagógicas. Ensino Regular.

## ABSTRACT

The present work addresses a study on Inclusive Education in the municipality of Magalhães de Almeida – MA, based on a school located in a rural area. The objective of the article is to analyze pedagogical practices for inclusive education at the Vitor Costa municipal school. The methodology used was qualitative research divided into two parts, the first bibliographical and the second, research with the school community in which we applied questionnaires using *Google Forms*. Bibliographical references on this topic were used and contributed to reinforcing this approach, among them Oliveira and Dias (2022), Rocha and Vieira (2021), Sanches (2005), Plaisance (2015), Mantoan (2003), Declaration of Salamanca (1994), Monteiro e Silva (2015), among other authors. As a result, we have that the school environment of the regular education network still has a long way to go to become truly inclusive, as expected and proposed in inclusive educational policies and studies that deal with Inclusive Education. Since, to obtain an inclusive education it is necessary to go beyond the integration of students with special needs in regular classrooms, it is necessary to make the school environment a space where everyone, including students who do not have any disability, can enjoy an equal education, inclusive and transformative.

**Keywords:** Inclusive Education. Pedagogical practices. Regular education.

---

<sup>1</sup> Discente do Curso de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – Campus de São Bernardo. Artigo entregue para o Trabalho Final de Conclusão de Curso II.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Turismo (UFRN) e Doutor em Psicologia da Educação (UERJ), Mestre em Educação (UFMA), Bacharel em Direito (UFMA), Licenciado em Letras Português/Inglês e respectiva Literaturas (UEMA), Professor Associado II do Curso de Ciências Humanas/Sociologia do Centro de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão, Professor colaborador PPGLetras-UEMA, Professor colaborador do Curso de Turismo do Centro de Ciências de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão. Líder do GEPEMADEC, e Coordenador da linha de pesquisa 1: “Imaginário, cultura e meio ambiente”. Líder do LEI e Coordenador da linha de pesquisa 1 “Imaginário, símbolos, mitos e práticas educativas”. Participa da “Rede de Pesquisa em Turismo Religioso no Nordeste Brasileiro”. Membro do SISR. Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as.

## INTRODUÇÃO

O processo educacional sofreu diversas modificações que acompanharam o desenvolvimento da história humana. No decorrer dessa evolução, experimentaram-se diferentes estratégias de ensino, que muitas vezes não abarcavam as individualidades do sujeito, pois, instituíam um modelo canônico de ensinar baseado na homogeneidade, sem enxergar no indivíduo suas necessidades específicas. Desse modo, muitos indivíduos por portarem determinadas deficiências foram excluídos de uma vivência social e educacional, realidade essa, de várias pessoas com necessidades especiais.

A inserção da pessoa com deficiência dentro do ambiente escolar se constitui como um passo importante rumo à inclusão dos sujeitos que possuem alguma deficiência, seja mental ou física. Essa medida representa uma visível vitória da luta de pessoas com deficiência, tal inserção também remete a importância da uma mudança de paradigmas, consiste em compreender que incluir significa conviver com as diferenças, pois elas existem.

Não se trata somente de inserir um processo de adaptação dos espaços físicos, ou, nas medidas educativas e trabalhistas, é preciso uma mudança dos padrões educativos e sociais. Desse modo, a inserção da pessoa com deficiência no ambiente escolar impulsiona a necessidade de criação de espaços físicos e sociais que estimulem a inclusão dessas pessoas de modo que oportunize aos mesmos uma vivência autônoma.

Este trabalho, partiu da disciplina optativa “Educação Inclusiva” e “Epistemologia das Ciências Sociais”, na qual foi desenvolvido um projeto em dupla com esta temática, ofertada pelo curso de Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, do campus de São Bernardo. Depois veio contato com a sala de aula, através dos estágios, Programa Residência Pedagogia vinculado com a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e principalmente, trabalhando na área da Educação Infantil no município onde resido. Despertando o interesse e a necessidade de trabalhar e buscar mais sobre essa temática, para de alguma forma, contribuir para esta escola, para município, para a universidade, e para todos que sentem interesse nesse tema, de suma importância para se trabalhar, desenvolver projetos em favor de uma educação mais inclusiva.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões para uma educação inclusiva na escola municipal Vitor Costa, no povoado Vargem Grande, no município de Magalhães de Almeida - MA. Assim como, refletir acerca das incertezas e desafios que rodeiam o ensino inclusivo. Analisando também o processo de formação de professores, se este realmente consegue compor o perfil de um profissional apto a desenvolver mecanismos de

aprendizagem convenientes e eficazes para a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais.

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa dividida em duas partes, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Para o desenvolvimento desta etapa, fez-se uma pesquisa da literatura destinada a explorar os aspectos teóricos relativos às questões educacionais a educação inclusiva, assim como, o tratamento da questão em pesquisas já desenvolvidas.

O levantamento bibliográfico foi feito bancos de dados eletrônicos como o *Google Acadêmico* e livros que tratassem da temática em questão, sendo realizada uma leitura organizada, através de fichamentos, destacando as ideias centrais relacionadas ao tema pesquisado, assim como, as frequentes dúvidas. Para Sousa, Oliveira e Alves (2021, p. 66): “A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico [...] e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.”

Na segunda etapa, realizamos a pesquisa de campo com a construção do plano de ação e instrumentos necessários à concretização da análise do trabalho. A pesquisa foi realizada com a comunidade escolar da escola municipal Vitor Costa no povoado Vargem Grande no município de Magalhães de Almeida – MA, na qual aplicamos questionários pelo *Google Forms*, aplicado a 13 profissionais da equipe escolar da referida instituição com um determinado número de perguntas.

Assim, o presente artigo se divide em duas seções que explanam a discussão em torno do tema. Na primeira seção, trazemos um debate sobre a diferença entre Educação Especial e Educação Inclusiva. Na segunda, dedicamo-nos a uma reflexão mais profícua sobre a Educação Inclusiva, teoria e prática no contexto brasileiro. Na terceira seção, trazemos a leitura sobre a Educação Inclusiva na escola municipal Vitor Costa no povoado Vargem Grande no município de Magalhães de Almeida – MA, apresentando os resultados da pesquisa.

## **1. A DIFERENÇA ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A Educação Especial consiste na identificação de barreiras que dificultam o acesso ao currículo das pessoas com deficiência, ou seja, público-alvo, buscando atendimentos específicos que atendem as necessidades dessas pessoas, como tecnologias assistivas, estratégias de ensino e aprendizagem, em serviços especializados, que são os profissionais de apoio ou atendimento em sala de recursos.

Segundo Sanches (2005, p. 128) “os alunos com necessidades educativas especiais têm necessidade de um programa educativo adaptado às suas necessidades, desenvolvido junto dos seus colegas com a mesma idade, na escola de todos”. Porém, houve um percurso extenso para chegarmos aonde estamos hoje.

A Educação Especial se constituiu originalmente a partir de um modelo médico ou clínico. Embora esta abordagem seja hoje bastante criticada, é preciso resgatar que os médicos foram os primeiros a despertar para a necessidade de escolarização de indivíduos com deficiência que se encontravam misturados na população dos hospitais psiquiátricos, sem distinção de patologia ou de idade, principalmente no caso da deficiência mental. Sob esse enfoque o olhar médico tinha precedência: a deficiência era entendida como uma doença crônica e todo o atendimento prestado a essa clientela, mesmo quando envolvia a área educacional, era considerado pelo viés terapêutico. A avaliação e identificação eram pautadas em exames médicos e psicológicos com ênfase nos testes projetivos e de inteligência, e rígida classificação etiológica (Glat; Pletsch; Souza Fontes, 2007, p. 346).

Fazendo uma retrospectiva histórica, as pessoas que nasciam com alguma deficiência tiveram uma classificação de pessoas com obstáculos insuperáveis, sendo marginalizadas e inferiores, chegando ser abandonadas ou mortas, alguns acreditavam que eram resultado do pecado ou outros aspectos múltiplos.

A forma como eram tratadas, a designação dos nomes, das características físicas tiveram e têm um peso grande nas vidas dessas pessoas. Eric Plaisance (2015), mostra no seu artigo *Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas* como os nomes têm suas denominações e designações na Educação Especial atribuindo características às pessoas de forma negativa, mostrando o reflexo da pessoa ou grupos que designa, por mais que essas terminologias venham mudando com o decorrer do tempo.

Muitos, por falta de conhecimento ou ignorância, continuam tendo esse linguajar negativo, por essa razão, que devemos continuar debatendo sobre esse tema, mudando a forma de ver, falar e até mesmo as expressões dentro da educação. Todo esse estigma, essa marca faziam com que essas pessoas que nasciam com alguma deficiência estivessem praticamente à margem da sociedade.

A referência à história das denominações e das representações é fundamental, pois permite perceber o desgaste das palavras que já foram utilizadas e que se tornaram bastante pejorativas para nós. Citam-se algumas: anormal, retardado, débil, enfermo, inválido, incapaz, ineducável ou semieducável... Como sugerido anteriormente, essas designações subentendem obstáculos insuperáveis, intrínsecos às próprias pessoas, inerentes. Obstáculos para a educação, para o trabalho, para a vida cotidiana. Em suma, impedimentos consubstanciais (Plaisance, 2015, p. 231).

Nesse sentido, não se trata de a fetação da linguagem o emprego da expressão “pessoa em situação de deficiência”, mas de a afirmação do peso dos contextos de vida que constituem obstáculos para a pessoa (obstáculos materiais à locomoção, comunicacionais à troca de informações etc.) (Plaisance, 2015, p. 234).

Observamos as referências históricas, vemos como existem pessoas que falam ou expressam palavras negativas quanto às pessoas com necessidades especiais, porém, muitos não têm conhecimento sobre o tema em si. Quando essas palavras são lançadas, a pessoa de qualquer faixa etária cresce acreditando nos estereótipos que ouviu, passando por situações difíceis por palavras mal ditas. Descontruir esse pensamento é desafiador para nós educadores, e são situações corriqueiras.

Assim, o sociólogo americano Erving Goffman (1988) na sua obra *Estigma* analisou instituições chamadas “Totais”, responsáveis pela segregação dos grupos residentes, ou seja, por muito tempo houve essa separação e isolamento para pessoas com necessidades especiais. Será que dentro das nossas próprias instituições escolares não ocorre essa segregação? Seja na infraestrutura, por meio de atividades, ou pelo quadro de profissionais?

É claro que, como é demonstrado, o peso do especial na vida dos alunos, dentro do espaço escolar, com a seleção em turmas especiais, e a maneira como esses alunos são representados, é uma realidade terrível, frustrante e completamente excludente. Portanto, o problema principal, como citado no artigo, é a educabilidade; ou como nos textos oficiais franceses do término da década de 1960, as decisões ocorriam entre educáveis, semieducáveis e ineducáveis.

Por mais que a sociedade venha passando por transformações, não é o bastante para tornar a Educação inclusiva, ou seja, a discriminação e denominações pejorativas são muito presentes na vida cotidiana, principalmente, em nossa sociedade que avalia as pessoas pelo padrão de beleza e por seu comportamento.

Assim, além do preconceito estrutural, a pessoa com deficiência enfrenta obstáculos todos os dias, a falta de atitudes na vida dessas pessoas pode influenciar a (in)segurança, o medo e o convívio social, pois elas devem e podem participar da sociedade, para incluir é necessário respeito, igualdade e liberdade da diversidade de todos.

Independente das palavras negativas que antes eram ditas, e hoje ainda vemos, temos que ficar atentos aos termos que se tornam oficiais, como nas leis e regulamentos ou os mais citados nas orientações pedagógicas. É necessário saber como nomear essas pessoas de acordo com o contexto de vida que constitui obstáculos para o sujeito.

Segundo Eric Plaisance (2015), as necessidades educativas estão ligadas à educação, em países e em função de suas orientações gerais e da escolarização dos alunos que representam dificuldades variadas. Assim, a palavra deficiência foi sujeitada, devido ao conceito médico, a definir a separação do normal e anormal, por essa razão, educadores buscaram objetivos

educativos na aprendizagem comum, a fim de separar o conceito de deficiência de aprendizagem do diagnóstico médico.

Logo, sendo uma questão de dificuldades de aprendizagem, recomendou-se a proposta de usar a expressão necessidades educativas especiais, que são definidas como adicionais ou diferentes em relação às educativas, tomadas para o conjunto das crianças nas escolas sob a jurisdição de uma autoridade educativa local (Plaisance, 2015).

Assim vemos que ao falar sobre necessidades, ainda é particularidade do indivíduo, sendo modelo interno. Cabe a nós educadores continuarmos refletindo sobre as dificuldades dentro da escola, prestando atenção sempre para não repetir os erros do passado ou outras formas que marcam essa negatividade.

Os tipos de ação educativa também foram progressivamente reformulados além do “especial” em termos de integração e, principalmente a partir dos anos 2000, em termos de inclusão. A mudança da educação integrativa para a educação inclusiva não é apenas um efeito da retórica modernista, pois introduz uma nova visão da adaptação: não mais uma adaptação das crianças às estruturas existentes, mas, ao contrário, das instituições educativas à diversidade de crianças, o que implica transformações em termos de acolhida e currículo para que algumas delas não se tornem “excluídos do interior” (Plaisance, 2015, p. 237).

Temos dois tipos de paradigmas educacionais: integração e inclusão. Temos paradigmas históricos que implicam nas atitudes sociais, com as pessoas com deficiência. Esses paradigmas são a exclusão, segregação, integração e a inclusão. A integração em alguns países, como no caso da França que foi a favor da integração, definia a “inclusão” como uma integração coletiva, não optava por integração individual, justamente por custar a se desenvolver. A inclusão nas instâncias governamentais teve um ponto determinante, assim esse termo foi sendo continuamente utilizado.

Exemplos de integração como o ocorrido na França trouxeram reflexões significativas para se pensar mudanças de integração e inclusão por uma escola mais completa, com professores formados e capacitados, que continuam numa formação contínua, uma vez que cada aluno é único, tem suas características próprias e valores que tornam cada ser humano diferente e especial.

Uma escola inclusiva não é apenas aquela que abre espaço para todos e sim aquela que se compromete em fazer os alunos se sentirem parte da sociedade, pois o convívio dos alunos é fundamental para o desenvolvimento socioemocional e psicológico deles. Incluir é desafiador e não é impossível, o resultado desse trabalho diário é transformador, salvando vidas. Ainda que haja erros no processo em construção, há acertos, avanços também, ou seja, apesar de todas as dificuldades, desafios e ambiguidades, acreditamos que a escola inclusiva transforma vidas.

A educação inclusiva pressupõe escolas abertas a todos, onde todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades, porque o acto educativo se centra na diferenciação curricular inclusiva, construída em função dos contextos de pertença dos alunos, à procura de vias escolares diferentes para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma práxis que contemple diferentes metodologias que tenham em atenção os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos (Sanchez, 2005, p. 132).

A Educação Inclusiva reconhece que todos as pessoas são diferentes e todas precisam aprender, assim, não é uma política que está voltada apenas e especialmente para crianças com superdotação ou com deficiência, mas é algo que pressupõe todo processo de escolarização, a vida da pessoa, de qualquer cidadão.

Temos direitos à uma educação inclusiva que trabalhe com todas as diferenças e que todas as pessoas tenham o direito de aprender, pois quando falamos de Educação Especial, referimos a um público determinado, mas quando tratamos de Educação Inclusiva, estamos reconhecendo que no interior da escola, todos são diferentes e todos precisamos de atenção especial, independente da sua raça, religião, orientação sexual, nível de aprendizagem, enfim, temos oportunidades iguais e devem ser valorizadas em suas diferenças dentro do ambiente escolar.

A mudança geradora de uma educação inclusiva é um dos grandes desafios da educação de hoje porque imputa à escola a responsabilidade de deixar de excluir para incluir e de educar a diversidade dos seus públicos, numa perspectiva de sucesso de todos e de cada um, independentemente da sua cor, raça, cultura, religião, deficiência mental, psicológica ou física (Sanchez, 2005, p. 128).

Embora a legislação brasileira - na Educação, como em outras áreas - possa ser considerada bastante avançada para padrões internacionais, a promulgação de leis e diretrizes políticas ou pedagógicas não garante, necessariamente, as condições para o seu devido cumprimento. A implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples; para oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade (Glat; Pletsch; Souza Fontes, 2007, p. 350).

Segundo os autores Rosana Glat, Márcia D. Pletsch e Rejane de S. Fontes (2007), na Educação inclusiva os discentes devem ser inclusos no ensino regular, adaptando, assim suas necessidades atendidas, justamente para desconstruir todo pensamento e atitudes discriminatórias.

É fundamental a escola formar seus docentes e todos da gestão, para rever todas as formas de interação do ambiente escolar, analisando as estruturas, o projeto político e pedagógico, o recurso didático, as formas de avaliação, as metodologias e estratégias de ensino. Pois a Educação Inclusiva se baseia na presunção de que o espaço escolar oferece um currículo flexivo e ligado aos interesses individuais e sociais dos discentes, garantindo assim,

acessibilidade de locomoção e comunicação em suas dependências, enfim, para aprender e desenvolver juntos. É de extrema importância a formação do professor nessa área ou especialização para uma visão mais ampla sobre como trabalhar dentro da sala de aula.

Como Sanches (2005) descreve, o docente deve desenvolver suas práticas educativas, com o intuito de investigar para compreender, assim atuar com autonomia necessárias para combater os desafios presentes, deixando de ser aquele que “utiliza”, para ser o docente que “cria”.

O docente conhece cada discente individualmente. Incluir é aprender em grupo e com o grupo uma aprendizagem cooperativa, segundo Sanches (2005, p. 128) “Com o trabalho cooperativo, da competição passa-se à cooperação, privilegiando o incentivo do grupo em vez do incentivo individual, aumenta-se o desempenho escolar, a interação dos alunos e as competências sociais.”

A transformação é feita pelo docente para solucionar problemas, com o quadro escolar, familiar e discente. Só é possível introduzir a Educação Inclusiva no ambiente escolar se forem utilizados instrumentos diferentes dos quais estamos acostumados a utilizar.

## **2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: teoria e prática no contexto brasileiro**

Com o crescimento significativo de alunos com diagnóstico de deficiência, educadores e familiares tem apresentado muitas são as inquietações, alguns entendem o problema, outros desconhecem e ainda temos aqueles que desqualificam o aluno que apresenta este quadro como sendo um aluno mal-educado e indisciplinado. Entende-se assim, que estamos diante de uma realidade que merece atenção e comprometimento por parte da escola e da família. Nesse sentido, é importante realizar a identificação e o diagnóstico adequado para atender às necessidades educacionais do aluno e inclui-lo no âmbito escolar com eficácia.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento as pessoas com deficiência intelectual, em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff (Brasil, 2010, p.11).

Com base na citação, vê-se que o processo histórico brasileiro mostra grandes casos de exclusão de alunos com deficiência, é importante apontar que, após todo histórico de exclusão escolar, ouve o processo da integração, nesse processo o aluno com deficiência tem oportunidade de mostrar se estava apto e preparado para acompanhar alunos considerados normais.

Durante séculos, as pessoas com deficiência eram consideradas invalidas, nos dias de hoje existe uma visão inclusiva das pessoas com necessidades educativas especiais. Principalmente, após 1961, onde o atendimento às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (Brasil, 2010).

De acordo com os estudos de Stainback e Stainback (1999, p. 21), “[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos nos são satisfeitas”. Desse modo, mesmo diante dos avanços no campo educacional ainda é evidente a necessidade de um desenvolvimento de habilidades, aptidões e atitudes para trabalhar com a diversidade. Já que, o cenário educacional, encontra-se um misto de “alunos procedentes de vários contextos culturais, sociais e com diferentes níveis de capacidade e ritmos de aprendizagem, incluindo aqueles com deficiências” (Dupont Ló, 2010, p. 119).

Segundo Mantoan (2003) o currículo é um instrumento de vital importância para que as diretrizes gerais da escola sejam formuladas prezando o realismo e responsabilidade com o processo educativo.

[...] a reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. [...] Os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas e serão revistos e modificados com base no que for definido pelo projeto político-pedagógico de cada escola (Mantoan, 2003, p. 35-36).

Um currículo deve abarcar todas as dimensões da diversidade existentes dentro do processo educativo. Afim, de proporcionando aos alunos com deficiência, maior e melhor qualidade de vida escolar, tornando acessível à independência na realização das tarefas, tendo em vista a comunicação e socialização com os demais alunos, mostrando seu aprendizado de forma enriquecedora e gratificante.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994) os “sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em

conta a vasta diversidade de tais características e necessidades”. Entretanto, ainda existem escolas que ainda não se adaptaram a essa diversidade<sup>3</sup>, não adequando recursos e metodologias aos alunos ditos normais e a aqueles que necessitam de uma maior atenção.

[...] a educação básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da educação básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (Brasil *et al* 2001b, p. 16, grifo nosso, *apud* Poker; Martins, 2016, p.41).

Segundo os estudos de Kelman (2011), apesar de o ensino inclusivo estar sendo gradativamente implantado na rede pública de ensino nos municípios brasileiros, nem sempre se revela eficaz. Já que, é desenvolvido por professores sem experiência na área. Nesse caso, é necessário que os profissionais das escolas sejam preparados para atuarem como intermediários nesse processo de ensino aprendizagem para que venham solucionar os possíveis conflitos.

No caso de uma formação inicial e continuada direcionada à inclusão escolar, estamos diante de uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma especialização, extensão ou atualização de conhecimentos pedagógicos. Ensinar, na perspectiva inclusiva, significa ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis. A inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação<sup>4</sup> e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional (Mantoan, 2003, p. 54- 55).

Segundo Marques (2017, p. 126), “para ensinar numa proposta inclusiva, é preciso se capacitar, pesquisar, buscar meios eficazes para uma aprendizagem comum a todos”. Desse modo, observa-se que para a efetivação de uma educação inclusiva, devem-se existir políticas públicas educacionais voltadas a intensa necessidade de uma formação docente que atenda as particularidades de crianças e jovens de deficiência. Desta forma:

[...] a formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação esses profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem um “lugar” na escola (Brasil, 2005, p. 21).

---

<sup>3</sup> Segundo Neto *et al* (2018, p. 86) no Brasil, a “Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, assegura acesso ao ensino regular a alunos com deficiências diversificadas: intelectual, física, surdos, cegos, com transtornos globais do desenvolvimento e a alunos com altas habilidades/superdotação, desde a educação infantil até a educação superior”.

<sup>4</sup> Conforme Kelman (2011) o termo educação tradicional versa sobre um modelo educacional que muitas das vezes não consegue abarcar as individualidades do sujeito. Pois, instituem um modelo cânone de ensinar baseado na homogeneidade, sem enxergar no indivíduo suas necessidades específicas. Desse modo, muitos indivíduos por portarem determinada deficiência sofrem um processo de exclusão de uma vivência social e educacional.

A manutenção do processo formativo dos profissionais que integram o processo inclusivo é muito importante. Pois, conforme Stainback e Stainback (1999) a inclusão genuína não se esvazia no ato de inserir os alunos com deficiência em classes de ensino regular sem apoio para professores ou alunos. “Em outras palavras, o principal objetivo do ensino inclusivo não é economizar dinheiro: é servir adequadamente a todos os alunos” (Stainback e Stainback, 1999, p. 30).

A escola, esta que, tem como principal objetivo fornecer um ambiente propício para construção e formação intelectual e moral do cidadão, deve estar sempre promovendo novas metodologias para o aprimoramento de suas práticas pedagógicas, fortalecendo portanto os laços que cercam a educação e o aprendizado do estudante. Diante disso, segundo Mantoan (2003 p. 23) a efetivação do ensino inclusivo “deriva de sistemas educativos que não são recortados nas modalidades regular e especial, pois ambas se destinam a receber alunos aos quais impomos uma identidade, uma capacidade de aprender, de acordo com suas características pessoais”.

Para isso, torna-se necessário a adoção de um modelo inclusivo pela escola exige o desenvolvimento de ações receptivas, que provoquem a interação entre as crianças e profissionais que participam deste processo. Contudo, a escola tem seu papel fundamental para o desenvolvimento de todos os alunos, seja especial, com transtornos, falta de atenção e os ditos “normais”<sup>5</sup>.

Dessa forma, vê-se que o processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular, não foi um processo fácil, por muitas décadas, difundiu-se e consolidou-se a ideia de que alunos com deficiência não tinham capacidade de acompanhar os demais alunos considerados normais. Percebe-se o grande retrocesso no processo histórico sobre a inclusão de pessoas com necessidades especiais, impossibilitando a construção de educação igualitária.

Assim, a partir da Política Educacional Especial, teve-se como objetivo a educação inclusiva, acerca disso o processo de inclusão que possui características históricas, um método que tem uma perspectiva inovadora que ao trabalhar inclusão educacional, prepara melhores cidadãos para vida em sociedade. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais em escolas de ensino regular foi composta de muitos desafios e dificuldades.

Em 1996 surge um novo documento, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB com o objetivo de facilitar e proporcionar uma educação igualitária e inclusiva para todos os alunos nas escolas

---

<sup>5</sup> Quando se usa o termo “normal” refere-se a crianças e jovens que não possuem nenhum tipo de deficiência.

de ensino regular seu foco principal é garantir que não se negue o acesso da escola para alunos com necessidades educativas especiais. Sabe-se que a educação é um direito de todos, no entanto, a mesma encontra-se centralizada entre os dilemas exclusão e inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. O que pode dificultar o processo de comprometimento pedagógico que objetive a asseguarção dos direitos educacionais a todos. A LDB/1996 foi essencial para garantia de acesso de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular junto a todos os demais alunos “ditos normais”.

A partir da LDB. 9394/96:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Conforme Martins et al., (2008), os sistemas de ensino assegurarão a esses alunos, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades de alunos especiais que possuam alguma deficiência, transtornos globais ou superdotação. De acordo com Martins (2008, p. 12-13) “crianças superdotadas e talentosas são aquelas que possuem ou são capazes de desenvolver habilidades gerais ou específicas acima da média, elevados níveis de comprometimento com a tarefa e elevados níveis de criatividade e que os aplicam a qualquer área potencialmente valiosa do desenvolvimento humano”.

Segundo o exposto, a partir dos dispostos pela LDB (1996) há um reconhecimento da educação especial como uma modalidade da política de educação que passa a ser de responsabilidade dos estabelecimentos regulares de educação promover a inclusão das pessoas com deficiência nos moldes educacionais. Desse modo, as escolas das redes públicas devem instituir condições necessárias para receber esses alunos, além da tendência de concepção de estruturas físicas e pedagógicas para a educação especial.

Infelizmente a realidade de muitas escolas da rede pública de ensino regular encontram-se, em situação precária, onde não têm a capacidade de receber alunos de deficiência, por essa razão muitos alunos de deficiência deixam de frequentar a escola, com isso percebe-se uma exclusão causada não por parte dos professores nem alunos e sim por uma escola que não é adaptada para receber todas as modalidades de alunos.

Segundo a LDB o ensino deve ser pautado na diversidade e diferenças, desse modo, as pessoas com necessidade têm o direito de frequentar a escola, como qualquer outra pessoa, caso isso não seja possível os mesmos devem receber esse atendimento educacional em outros ambientes para os mesmos, ou seja, a educação e inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais devem ser garantidos em qualquer hipótese, independentemente de suas

condições de frequentar a escola, pois se sua locomoção não for possível, ainda assim, os mesmos devem ter sua educação garantida dentro de suas condições específicas.

No ano de 2020 o Presidente Jair Bolsonaro assinou, na quarta-feira (30), em cerimônia no Palácio do Planalto, decreto que institui a nova política Nacional de Educação Especial (PNEE) referente ao atendimento educacional especializado a mais de 1,3 milhões de estudantes com deficiência, transtorno do aspecto autista e aqueles com altas habilidades ou superdotações. A iniciativa tende a incentivar a matrícula de pessoas com deficiência, com transtorno globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação não em escolas regulares, porém o aspecto negativo deste decreto é que essas matrículas seriam realizadas em instituições chamadas de “escolas especiais”, onde só estudaria o público-alvo da PNEE. Tal ação de opção de escolarização em escolas regulares, escolas especializadas ou escolas bilíngues de surdos, gerou grande discussão pela comunidade em defesa ao paradigma de inclusão educacional.

Diante disso, para o especialista Alexsandro Santos (2022), três aspectos ainda estão frágeis na construção da escola inclusiva para todos os gêneros, as raças, as deficiências e as identidades.

O primeiro é a formação do professor. Mas uma formação no campo da didática, para ensinar em escolas nas quais os estudantes são diferentes e as diferenças são a potência da escola. O segundo ponto é preparar as escolas de ponto de vista da infraestrutura pedagógica. Faltam materiais didáticos, falta ainda recursos para que os professores possam fazer esse trabalho. E o terceiro campo é pensar como é que a gente reorganiza esses espaços educativos para que eles valorizem a diversidade, valorizem as diferenças de modo que as crianças se sintam bem, porque ninguém consegue aprender numa escola que nega a sua identidade. Então, a gente precisa reorganizar os espaços educativos para que eles sejam ambientes inclusivo (SANTOS, 2022, p. 1)

Deste modo, percebe-se que tal decreto vai em discordância para o que diz o art. 208 da CF (1988) diz que: “III – atendimento educacional especializado aos portadores com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Sendo um dever do Estado e da família promovê-la. O objetivo da escola, segundo a lei, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

Com isso é possível perceber que as propostas da educação estão voltadas para um grande aperfeiçoamento, tanto de gestão escolar como referente à qualificação dos alunos, a fim de reduzir a repetência dos alunos e a evasão. Proporcionando uma melhor qualidade de ensino bem como a interação e participação da família frente à escola. Uma educação não quantitativa, mas, qualitativa onde todos tenham os mesmos ensinamentos sem distinção de idade, raça, poder aquisitivo, entre outros. Para haver uma relação de inclusão, a formação de

professores especializados é um ponto muito importante, pois é através desta formação que o educador especializado saberá lidar com as mais diversas situações, ou seja, a educação é capaz de mudar todo contexto de exclusão, em especial exclusão escolar de alunos com deficiência.

### **3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA ESCOLA MUNICIPAL VITOR COSTA**

#### **3.1 Do campo empírico**

Os dados coletados da presente pesquisa foram realizados na escola pública “Vitor Costa”, localizada na zona rural de Magalhães de Almeida, Maranhão, no povoado Vargem Grande, S/N, bairro do Centro. Na primeira infraestrutura da escola, foi construído apenas um salão grande, não se sabe ao certo o ano de sua fundação, mas estima-se que tenha por volta de quarenta oito anos, sendo fundada aproximadamente no ano de 1975, ainda sem nome.

Foi a partir do mandato do prefeito Senhor Zezú Costa (1973 - 1977) que foram construídas duas salas de aula, banheiros e cantina, passando a ser chamado de escola municipal Vitor Costa em homenagem ao parente (pai) do prefeito citado. Entretanto, esse nome era da antiga escola normal de Magalhães de Almeida que foi derrubada após a entrada de outro governo no município, devido a esse fato, a escola do povoado passou a ser chamado Vitor Costa.

Nesse período, final dos anos 70, a escola era pequena e sem muita estrutura. Com a vinda de alunos de outros povoados vizinhos, houve a necessidade de se construir novas salas de aula, em 2008 foi construída uma nova estrutura, e em 2009 a escola voltou a funcionar, atualmente a escola conta com quatro salas de aula, dois banheiros uma cantina e uma área, com ventiladores. A regulamentação da escola se deu no dia 28/04/1999, inscrita no cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob nº 03.131.094/0001-26, matriculada no INEP sob nº 21134634.

Na unidade de ensino, os professores atuam na Educação Infantil e Alfabetização (1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental menor), alguns professores têm formação na área de pedagogia ou cursando, e magistério, outro tem somente o ensino médio, outros em outras áreas, como Ciências Humanas, Ciências Naturais e Letras. Sendo que nem todas suas formações são adequadas para a faixa etária da educação Infantil. A escola funciona em dois períodos, matutino e vespertino.

#### **3.2 Da aplicação dos instrumentos de coleta de dados**

O instrumento de pesquisa para coleta de dados foi um questionário elaborado pelo *Google Forms* e aplicado pelo *Whatsapp* para equipe escolar com um determinado número de perguntas, a fim de atingirmos o objetivo da pesquisa. Por meio do questionário os docentes puderam dar as suas opiniões sobre o tema abordado, sendo o foco " Educação Inclusiva na escola municipal Vitor Costa" visando buscar na resposta se eles têm consciência da escola e qual seu papel como docente na vida dos alunos e como os alunos sentem o tratamento que a escola tem por eles.

Porém, não será possível aplicar o questionário aos alunos, pois se trata de uma unidade educacional de Educação infantil e Alfabetização (1º ano e 2º ano do Ensino Fundamental menor) e dentro da unidade escola ainda não tem nenhuma psicopedagoga ou profissional competente para nos acompanhar em uma atividade de entrevistas com crianças, além de que, necessitaria de uma aprovação desses instrumentos de coletas de dados no Conselho de Ética e Pesquisa da Plataforma Brasil.

Dessa maneira, como optamos em dialogar apenas com os docentes, gestores e terceirizados, houve a apresentação da pesquisa na gestão da escola com o termo de autorização, no qual foi explicado para equipe de funcionários qual a finalidade do estudo e principalmente sua importância em contribuir para essa pesquisa.

Assim, o questionário foi aplicado pela plataforma, justamente para respeitar o horário de trabalho de cada profissional, dentro da disponibilidade de cada um em colaborar com a pesquisa. A aplicação do questionário não excedeu mais do que 25 a 40 minutos de cada um e não prejudicou a rotina de trabalho de nenhum dos participantes.

### 3.3 Resultados e discussões da pesquisa

Diante dos dados coletados em análise com os elementos teóricos que constituem o presente estudo, seguem os resultados que foram alcançados.

**Quadro 1:** Participantes da pesquisa.

<b>Entrevistado (a)</b>	<b>Cargo</b>	<b>Sexo</b>	<b>Nível de formação</b>	<b>Tempo de atuação</b>
Entrevistada 1	Auxiliar de sala	Feminino	Estudante de Pedagogia	2 anos
Entrevistada 2	Professora	Feminino	Graduanda de Ciências Humanas/Sociologia	1 ano e 9 meses
Entrevistada 3	Diretora-Adjunta	Feminino	Cursando Pedagogia e formada em Magistério	19 anos

Entrevistado 4	Diretora Geral	Feminino	Pós-graduada	15 anos
Entrevistado 5	Professor	Masculino	Ensino superior completo	2 anos e 4 meses
Entrevistada 6	Secretária	Feminino	Ensino médio completo	9 anos
Entrevistada 7	Professora	Feminino	Pós-graduada	23 anos
Entrevistada 8	Coordenadora Pedagógica	Feminino	Pós-graduada	12 anos
Entrevistada 9	Professora	Feminino	Cursando Pedagogia	2 anos
Entrevistada 10	Professor auxiliar	Feminino	Magistério	16 anos

**Fonte:** Elaborado pela autora (2023).

Com base no quadro acima, pode-se observar que participam da pesquisa 10 sujeitos, dentre eles professores titulares de sala, professores auxiliares de sala, secretaria, coordenadora pedagógica e diretora escolar. Dentre estes, temos 9 (nove) profissionais do sexo feminino e 1 (um) do sexo masculino.

Os profissionais entrevistados possuem entre 1 (um) ano e 9 (nove) meses a 23 (vinte e três) anos de atuação na área educacional. Acerca do nível de formação, 4 (quatro) estão cursando um curso de nível superior, 6(seis) possuem ensino superior completo e, somente 1 (um) possui apenas o ensino médio.

Quando questionados se sabiam o que significa Educação Inclusiva, eles disseram que:

- Entrevistada 1:** Significa garantir a qualidade do ensino a cada aluno, respeitando as necessidades de cada um
- Entrevistada 2:** Significa incluir todos, sem discriminação, seja você preto, branco, tendo ou não algum tipo de deficiência física ou mental, seja você pobre ou rico. É direito de todos educação, todos devem estar incluídos, com respeito.
- Entrevistada 3:** No meu ponto de vista a educação inclusiva acontece quando a escola entende que cada aluno tem suas particularidades e não vê isso como problemas, mas como diversidades e às respeitam.
- Entrevistada 4:** Significa abraçar crianças com deficiências da mesma forma que as outras que não tem deficiências. Significa ampliar e melhorar as metodologias de acordo com a necessidade da mesma, valorizando sua identidade respeitando sua cor, religião e condição social dentro da escola que ela está inserida.
- Entrevistado 5:** Garantia de educação para todos estabelecendo igualdade, possibilidades e oportunidades.
- Entrevistada 6:** É dar direito a todos as crianças independente de sua raça, cor, religião entre outros.
- Entrevistada 7:** Tem como objetivo garantir o direito de todos a educação.
- Entrevistada 8:** Educação inclusiva para mim representa uma jornada em que cada estudante, independente de suas diferenças, tem a oportunidade de aprender e prosperar. É a criação de um ambiente que celebra a diversidade, adaptando práticas pedagógicas para atender às necessidades individuais, garantindo que todos tenham acesso a uma educação de qualidade. Inclusão é mais do que uma prática, é um compromisso com a equidade e respeito pela singularidade de cada aluno.
- Entrevistada 9:** Sim, nela, todas as pessoas independentemente de deficiência, cor de pele, gênero, sexualidade, religião ou qualquer outra característica, têm a mesma oportunidade de aprender, sem nenhuma barreira.
- Entrevistada 10:** E atende todos os docentes de forma inclusiva, sem preconceito.

Com base nas respostas fornecidas pelos entrevistados, percebe-se que todos compreendem o princípio básico da Educação Inclusiva, que é que todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento,

sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias (UNESCO, 1994).

Conforme as respostas dos entrevistados, é possível notar que existe dificuldade de aplicação desses entendimentos nas práticas pedagógicas de caráter inclusivo. Diante disso, Rodrigues, Lima e Viena (2017, p. 22) afirma que na formação inicial, o professor não adquire todos os conhecimentos adequados para atender as necessidades de uma sala de aula, que está em constante mudança de acordo com cada realidade. Dito isto, “é fundamental a realização da formação continuada, com a finalidade de aprimorar suas práticas diárias, expandindo seus conhecimentos”.

Desta forma, a formação continuada atua como um caminho de diversas possibilidades, onde permite aos docentes que a utilizam, para construir relações que as permitam compreender continuamente seus próprios conhecimentos e os dos outros, associando-os com as trajetórias e experiências pessoais que os estudantes trazem para o ambiente escolar. Podemos assim, compreender as nuances que envolve o desenvolvimento de uma educação de caráter inclusivo (RODRIGUES, LIMA, VIENA, 2017).

Quando questionados se a Escola Municipal Vitor Costa é inclusiva, incluindo todos, independente da sua cor, religião, condição social e da sua origem, estes responderam que:

**Entrevistada 1:** Sim.

**Entrevistada 2:** Sim, sempre procuramos formas para que todos sejam incluídos e valorizados, para que sintam únicos e especiais. Sem descriminalização e com respeito. Na verdade, somos todos diferentes, mas independente das nossas diferenças, respeitamos uns aos outros, somos unidos e por essa razão, somos uma equipe que merece aplausos.

**Entrevistada 3:** Sim.

**Entrevistada 4:** Sim.

**Entrevistado 5:** Não.

**Entrevistado 6:** Sim.

**Entrevistada 7:** Sim.

**Entrevistada 8:** A Escola Municipal Vitor Costa está comprometida em aprimorar suas práticas de inclusão, reconhecendo que há espaço para melhorias significativas. Estamos empenhados em fortalecer nossa abordagem para garantir que todos os alunos, independentemente de cor, religião, condição social ou origem, se sintam verdadeiramente incluídos. Acreditamos que, por meio de esforços colaborativos, podemos avançar significativamente nesse sentido e continuar construindo uma comunidade escolar mais inclusiva e acolhedora.

**Entrevistada 9:** Sim, nela, todas as pessoas independentemente de deficiência, cor de pele, gênero, sexualidade, religião ou qualquer outras características, têm a mesma oportunidade de aprender, sem nenhuma barreira.

**Entrevistada 10:** Sim.

Os entrevistados afirmaram que a Escola Municipal Vitor Costa é uma instituição que desenvolve práticas pedagógicas inclusivas. Visto que, a educação escolar é um dos elementos mais eficaz no processo de inclusão. Houve apenas um entrevistado que respondeu “não”, o entrevistado 5. Não tivemos tempo de retornar ao entrevistado para ver o porquê da resposta, mas dada porcentagem do “sim”, acreditamos tratar-se de um caso isolado.

Na fala do entrevistado 8, a escola que o mesmo leciona está comprometida em aprimorar suas práticas de inclusão, reconhecendo que há espaço para melhorias significativas. As pequenas mudanças que foram implementadas na escola como, aquisição de recursos didáticos diferenciados, práticas pedagógicas inclusivas que abarcam a diversidade existentes entre os estudantes de diferentes origens e com variadas necessidades educativas (HORA, 2020).

Deste modo, para que aconteça tal transformação no contexto escolar é fundamental a busca por procedimentos e métodos educacionais para a reabilitação de alunos com necessidades educativas especiais, para que possam desenvolver aos poucos as habilidades cognitivas, motoras, reflexivas e artísticas de alunos restritos (LIMA, 2021, p. 20). Na educação especial e inclusiva, a adaptação curricular é uma parte essencial para que haja a inclusão na escola. Acredita-se que, por meio de esforços colaborativos entre os profissionais e família dos estudantes, podem avançar significativamente as práticas de implementação da educação inclusiva, construindo assim, uma comunidade escolar mais inclusiva e acolhedora.

Acerca das ações que são realizadas para que todos se sintam bem-vindos e valorizados, os entrevistados disseram que:

**Entrevistada 1:** Sim.

**Entrevistada 2:** Sim, buscamos o melhor para que todos sejam bem-vindos e valorizados.

**Entrevistada 3:** Sim.

**Entrevistada 4:** Sim.

**Entrevistado 5:** No que se espera, sim.

**Entrevistada 6:** Sim.

**Entrevistada 7:** Com certeza.

**Entrevistada 8:** Embora tenhamos avançado em muitas áreas, ainda há espaço para melhorias significativas para garantir que todos se sintam completamente bem-vindos e valorizados. Estamos comprometidos em promover uma cultura de inclusão e respeito, e isso envolve uma reflexão constante sobre nossas práticas. Buscar por estratégias que reforcem nosso compromisso com a criação de um ambiente acolhedor para todos. Acredito que, com esforços colaborativos, podemos promover mudanças positivas e contínuas no sentido de tornar nossa escola mais inclusiva e acolhedora para todos.

**Entrevistada 9:** Sim. há o respeito ao próximo, como também a si mesmo, a escola é acolhedora, busca atender a cada um, respeitando suas características, dificuldades e vantagens. Prioriza as diferenças, promove igualdade, é respeitosa e tenta resolver as demandas de cada estudante.

**Entrevistada 10:** Sim.

Os entrevistados tiveram uma resposta unânime para este quesito e apontaram que as ações que são realizadas no ambiente escolar buscam proporcionar a valorização de toda diversidade existente na escola. Mesmo reconhecendo que existe espaço para a realização de melhorias, se percebe que os profissionais têm a preocupação de oferecer experiências inclusivas aos estudantes.

Oliveira (2018, p. 5), afirma que o docente precisa mostrar “a beleza e o poder das ideias, mesmo que use apenas os recursos de que dispõe: quadro-negro e giz”. Observa-se nessa

afirmação que a aula pode ser bem positiva e agradável, sem os grandes recursos que permeiam todas as atividades humanas e em todos os lugares: os recursos tecnológicos.

Quando questionados se a escola possui estrutura física preparada para receber esses alunos, principalmente com necessidade, os profissionais responderam que:

**Entrevistada 1:** Não.

**Entrevistada 2:** No momento, ainda falta melhor a infraestrutura, porém, acolhemos e fazemos o melhor para receber e que se sintam bem acolhidos e incluídos em tudo.

**Entrevistada 3:** Não.

**Entrevistada 4:** Não.

**Entrevistado 5:** Não.

**Entrevistada 6:** Não.

**Entrevistada 7:** Não está preparada.

**Entrevistada 8:** Do meu ponto de vista, na Escola Municipal Vitor Costa, reconhecemos que nossa estrutura física pode ser aprimorada para atender plenamente às necessidades dos alunos, especialmente aqueles com deficiências. É primordial avaliarmos e buscarmos melhorias constantemente nas nossas instalações para garantir um ambiente inclusivo e acessível a todos.

**Entrevistada 9:** A escola tem estrutura para receber esses alunos, pois a educação inclusiva engloba todos, independente da sua cor, religião, condições sociais, ou se você tem algum tipo de necessidade especiais, física ou mental, porém, a escola precisa na sua infraestrutura ser mudada adaptada para esses alunos com deficiências.

**Entrevistada 10:** Não.

Como se conseguiu observar, a maioria dos entrevistados afirmou que a escola não possui estrutura adequada para práticas inclusivas. Logo, torna-se importante criar espaços inclusivos que venham oferecer atendimento de qualidade as crianças.

Um desses espaços é uma sala de recursos multifuncionais, com equipamentos, materiais didáticos e pedagógicos que ajudam a desenvolver as habilidades dos alunos, da mesma forma que é essencial se ter recursos educacionais como livros didáticos e paradidáticos em braile.

Outro fator importante, para a possibilidade de espaços inclusivos, é a criação de uma equipe multidisciplinar composta tanto por agentes educacionais como também da saúde (Oliveira; Dias, 2022).

Foram perguntados se os professores têm acesso a formação continuada voltado para educação especial e educação inclusiva e, se as formações, ajudam os profissionais a responderem a diversidade.

**Entrevistada 1:** Sim.

**Entrevistada 2:** Sim, essas formações nos ajudam docentes crescer muito, pois todos os dias aprendemos coisas novas, essas formações nos ajudam a desconstruir o pensamento pré-conceito, racista, enfim, sendo aplicado não somente em sala de aula, mas nas nossas vidas e das pessoas ao nosso redor

**Entrevistada 3:** Não.

**Entrevistada 4:** Sim.

**Entrevistado 5:** Dificilmente.

**Entrevistada 6:** Sim.

**Entrevistada 7:** Não temos acessos.

**Entrevistada 8:** Reconhecemos que, embora tenhamos iniciativas para formação continuada, a abordagem em relação à Educação Especial Inclusiva pode beneficiar de aprimoramentos. O extenso currículo e demandas do ano letivo apresentam desafios, e estamos conscientes da importância de uma formação mais aprofundada nesse aspecto. Como comunidade educacional, estamos comprometidos em explorar maneiras de enriquecer as

oportunidades de desenvolvimento profissional, garantindo que nossos professores estejam devidamente equipados para atender às diversas necessidades dos alunos.

**Entrevistada 9:** Sim, os professores têm acesso a formação continuada, porém eles não abordam o tema em si. Mas, eles nos orientam a procurar estratégias para que todos possam participar de determinadas atividades sem que nenhum aluno fique de fora, ou seja, a educação tem que incluir todos.

**Entrevistada 10:** Sim.

A maioria dos profissionais relataram que tem acesso a formação continuada voltada para educação especial e educação inclusiva que auxilia no processo de desenvolvimento de estratégias que foquem no processo inclusivo. A formação continuada é importante já que muitos professores se sentem despreparados para lecionar aulas com alunos de diferentes necessidades especiais.

Porém quatro professores relataram que não tem acesso à formação continuada voltada para o tema em si, Educação Especial e Educação Inclusiva, como é relatado pela entrevistada 9 “os professores têm acesso a formação continuada, porém eles não abordam o tema em si. Mas, eles nos orientam a procurar estratégias para que todos possam participar de determinadas atividades sem que nenhum aluno fique de fora, ou seja, a educação tem que incluir todos”. Desse modo, para essa participante, de forma geral, todos têm acesso à formação continuada, porém, o acesso à formação continuada direcionada à Educação inclusiva não procede, mas não justifica, que nas formações continuada os profissionais ensinam o que é necessário para incluir a diversidade com respeito.

Dessa forma, conforme Lima (2021, p.22) cabe as escolas sendo considerado um espaço de formação continuada, fornecer para os professores tempo e recursos para que possam realizar esse processo, possibilitando melhorias no fazer docente coletivo e individual. Tendo em vista “que existem diferentes concepções sobre a formação continuada de professores, existem diferentes abordagens a esse respeito, sendo óbvio que não há um modelo único”. Portanto, é necessário compreender essas ideias e práticas, realizar análises críticas e aprender a desenvolver novos conhecimentos e, seus novos produtos são na verdade, uma transformação da formação dos profissionais da educação (LIMA, 2021)

Quando questionados como a educação inclusiva integra no Projeto Político Pedagógico – PPP da escola, eles disseram que:

**Entrevistada 1:** Expressando a igualdade e valores como princípios fundamentais.

**Entrevistada 2:** Integra de forma positiva, pois a educação é para todos. Onde o aluno tem seus direitos e deveres, como toda equipe escolar.

**Entrevistada 3:** No âmbito escolar as diversidades devem ser respeitadas e valorizadas, que a igualdade é direito de todos.

**Entrevistada 4:** Integra de maneira participativa e incentivadora, valorizando a cultura e a individualidade da criança.

**Entrevistado 5:** Está inserida nas ações desenvolvidas no âmbito escolar uma vez que pode ser um importante norteador para equipe pedagógica nas práticas inclusivas.

**Entrevistada 6:** É integrada de forma a atender a realidade das crianças.

**Entrevistada 7:** Está escrito pela constituição Federal é direito e dever de todos.

**Entrevistada 8:** Reconhecemos a importância de um Projeto Político Pedagógico (PPP) robusto para orientar nossa prática educacional. Estamos cientes de que, como parte do processo contínuo de avaliação e aprimoramento, algumas áreas do PPP podem necessitar de revisão para garantir uma abordagem mais abrangente e precisa. Como comunidade escolar, estamos empenhados em trabalhar colaborativamente para fortalecer nosso PPP, assegurando que reflita de maneira mais completa nossos valores, metas e estratégias para promover uma educação de qualidade e inclusiva.

**Entrevistada 9:** Nesse documento, todas as políticas do ambiente escolar devem contemplar a perspectiva inclusão, incluindo a qualidade do ensino e da aprendizagem, o que fazer com alunos que apresentam necessidades especiais. Além das necessidades, os aspectos culturais, econômicos, sociais e físicos devem ser contemplados no PPP. Isso inclui o respeito à diversidade religiosa, racial, social e de gênero.

**Entrevistada 10:** Expressa a igualdade e a valorização das diferenças como princípios fundamentais.

Com base nas falas é possível perceber que a educação inclusiva integra o Projeto Político Pedagógico – PPP da escola. Visto que, é importante o desenvolvimento de uma pedagogia centralizada na relação com a criança, com capacidade para educar com sucesso a todos, atendendo às necessidades de cada um, analisando as diferenças existentes entre elas (Rocha; Vieira, 2021).

Os entrevistados foram interrogados se os mesmos e os pais trabalham em parceria, profissionais, alunos, pais/encarregados de educação partilham uma filosofia de inclusão, eles disseram que:

**Entrevistada 1:** Sim.

**Entrevistada 2:** Sim, desde o momento que comecei a fazer parte da equipe, sempre em parceria e com diálogo.

**Entrevistada 3:** Sim.

**Entrevistada 4:** Sim.

**Entrevistado 5:** Sim.

**Entrevistada 6:** Sim.

**Entrevistada 7:** Sim.

**Entrevistada 8:** Reconhecemos que construir uma parceria sólida entre pais e escola, especialmente no contexto da educação inclusiva, é um desafio que enfrentamos. Valorizamos a importância dessa colaboração e estamos comprometidos em criar um ambiente acolhedor que encoraje os pais a compartilhar informações sobre seus filhos. Entendemos que há obstáculos e resistências, e nossa meta é fortalecer a comunicação, promovendo uma compreensão mútua e garantindo que todos os pais se sintam confortáveis em discutir questões relacionadas ao desenvolvimento de seus filhos. Vamos continuar trabalhando para aprimorar essa parceria essencial.

**Entrevistada 9:** Sim, todos partilham uma mesma filosofia de inclusão, onde todos possuem voz e podem contribuir para o desenvolvimento de todos, por meio de uma postura de respeito e acolhimento.

**Entrevistada 10:** Sim.

Os profissionais da educação, os pais e os alunos trabalham em parceria para a construção de um ensino inclusivo. Pode-se observar que, as falas dos entrevistados 8 e 9 apontam os espaços educativos estão empenhados e comprometidos em construir um ambiente inclusivo, porém os mesmos enfrentam obstáculos e resistências para a efetivação de uma educação inclusiva que atenda a diversidade estudantil. Como apontado pelo entrevistado 8, o estabelecimento de comunicação efetiva entre os pais, profissionais e alunos, sujeitos participam do processo de inclusão.

Desse modo, embora a escola tenha objetivos peculiares na formação do educando, como a produção de conhecimento e sua visão crítica da realidade e do mundo, não significa que ela não deva se preocupar com o desenvolvimento afetivo e as relações desenvolvidas pelos

alunos – apenas tem critérios diferentes. No “entanto a família precisa conscientizar-se do seu papel no processo de criação da criança, não responsabilizando unicamente a escola por essa função” (OLIVEIRA, 2018, p. 6)

Quando questionados se os profissionais colaboram uns com os outros, se os profissionais e alunos trata-se com respeito?

**Entrevistada 1:** Sim.

**Entrevistada 2:** Sim, ajudamos uns aos outros, pois nos tornamos uma família, com respeito e dignidade, parceria.

**Entrevistada 3:** Sim.

**Entrevistada 4:** Sim.

**Entrevistado 5:** Sim.

**Entrevistada 6:** Sim.

**Entrevistada 7:** Sim.

**Entrevistada 8:** Temos ciência da diversidade de perspectivas e experiências entre os profissionais. Reconhecemos a importância de fortalecer a colaboração entre a equipe, promovendo um ambiente onde todos possam contribuir de maneira construtiva e com espírito colaborativo para enriquecer nossas práticas educacionais e superar desafios.

**Entrevistada 9:** Sim, existe o respeito, amizade e empatia entre os profissionais, e não há divisões entre o aluno e professor, todos estão juntos, e colaboram entre si. Todos se respeitam, se preocupam uns com os outros. Os professores e demais colaboradores estão sempre abertos a aprender com os alunos, pois eles podem levar uma visão nova do mundo e aprender coisas inovadoras.

**Entrevistada 10:** Sim.

Existe uma prática colaborativa entre os profissionais da escola municipal Vitor Costa. Existe o respeito, amizade e empatia entre os profissionais, e não há divisões entre o aluno e professor, todos estão juntos, e colaboram entre si.

Conforme Oliveira (2018), considerando que a escola deve trabalhar com o conhecimento prévio e a experiência do aluno, os profissionais precisam contribuir no processo, educando, assumindo responsabilidade e atuando em parceria com a escola, ressaltando que cada uma das partes deve preservar suas características próprias. Deste modo, será possível a implementação de uma educação inclusiva.

Essa ação conjunta facilitará a adaptação do educando no espaço escolar e sua relação com a aprendizagem, possibilitando uma educação satisfatória. Pode-se perceber que os profissionais da escola devem buscar parcerias, de forma que os educandos tenham oportunidades de construir um perfil de pessoas capaz de viver e conviver em situações novas e prazerosas para eles (OLIVEIRA, 2018, p. 6)

Sobre a questão se os profissionais e órgãos de gestão trabalham bem em conjuntos, se a comunidade local está envolvida com a escola, os mesmos responderam que:

**Entrevistada 1:** Sim.

**Entrevistada 2:** Sim, uma ótima relação e a comunidade é envolvida com a escola.

**Entrevistada 3:** Sim.

**Entrevistada 4:** Sim.

**Entrevistado 5:** Sim.

**Entrevistada 6:** Sim.

**Entrevistada 7:** Sim.

**Entrevistada 8:** Estamos empenhados em promover uma colaboração efetiva entre os profissionais e os órgãos de gestão. Reconhecemos a importância de uma parceria sólida para garantir o bom funcionamento da instituição. Além disso, buscamos fortalecer os laços com a comunidade local, incentivando a participação ativa e o envolvimento dos membros locais na vida escolar. Acreditamos que essa integração é fundamental para o sucesso educacional e para fortalecer os laços entre a escola e a comunidade em que está inserida.

**Entrevistada 9:** Sim, a escola tem uma parceria eficiente entre os profissionais e a direção escolar, tem uma comunicação transparente, interativa e respeitosa. Buscam envolver a comunidade local na vida escolar, por meio de atividades, reunião e eventos.

**Entrevistada 10:** Sim.

Os profissionais entrevistados relataram que eles, juntamente aos órgãos de gestão trabalham bem em conjunto, sempre objetivando o desenvolvimento de uma prática pedagógica que valorize a diversidade do ambiente escolar. O trabalho coletivo apresenta-se como um meio de contribuir com a inclusão de modo a oferecer ao aluno com deficiência ou outras necessidades de apoio uma educação que lhe dê a oportunidade de aprender (Oliveira; Dias, 2022).

Quando questionados sobre se as aulas são preparadas para serem acessíveis a todos os alunos, se os profissionais desenvolvem medidas para apoiar a aprendizagem e a participação, eles disseram que:

**Entrevistada 1:** Sim.

**Entrevistada 2:** Com certeza, quando planejamos os planos de aula para serem desenvolvidos, buscamos metodologia, avaliação, atividades, enfim, que todos os participantes sem exceção. Buscando formas e alternativas para melhor aprendizagem dos nossos alunos.

**Entrevistada 3:** Sim.

**Entrevistada 4:** Sim.

**Entrevistada 5:** Sim.

**Entrevistada 6:** Sim.

**Entrevistada 7:** Sim.

**Entrevistada 8:** Nossa equipe busca e se compromete a preparar aulas acessíveis a todos os alunos. Reconhecemos a diversidade de estilos de aprendizagem e necessidades individuais, e os profissionais estão em constante desenvolvimento de medidas para apoiar a aprendizagem e participação de todos os estudantes. Nosso objetivo é garantir que cada aluno tenha oportunidades igualitárias para se envolver plenamente no processo educacional, promovendo um ambiente inclusivo e enriquecedor.

**Entrevistada 9:** Sim, é desenvolvida atividades buscando sempre a inclusão de todos, respeitando suas dificuldades e vantagens.

**Entrevistada 10:** Sim.

Conforme as respostas acima, as aulas são preparadas para serem acessíveis a todos os alunos, com medidas que apoiam a aprendizagem e a participação de todos os estudantes. Pois, para que a inclusão aconteça é preciso que todas as pessoas com necessidade devem ser inseridas em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os procedimentos educativos é que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades (Frias; Menezes, 2008).

Os entrevistados foram interrogados sobre qual a maior dificuldade que os mesmos encontram no exercício da docência para desenvolver a inclusão, sobre isso eles disseram que:

**Entrevistada 1:** A falta de recursos financeiro.

**Entrevistada 2:** Acredito que todos os dias temos desafios e conquistas dentro da sala de aula com aprendizagem dos nossos alunos. Todos os dias buscamos ser melhores e sempre buscando conhecimento.

**Entrevistada 3:** A falta de formação, recursos pedagógicos e o despreparo.

**Entrevistada 4:** Material pedagógico insuficiente.

**Entrevistado 5:** Até o momento não tive a experiência de trabalhar com alunos com NEE.

**Entrevistada 6:** Falta de materiais pedagógicos.

**Entrevistada 7:** Por enquanto não tive dificuldade.

**Entrevistada 8:** Acredito que os meus desafios são comuns aos que os demais educadores enfrentam ao buscar a inclusão. Uma das maiores dificuldades são: a falta de recursos específicos e treinamento adequado para atender às diversas necessidades dos alunos. Além disso, adaptar métodos de ensino, lidar com diferentes estilos de aprendizagem e garantir a participação de todos os alunos são desafios frequentes. Bem como a colaboração eficaz com outros profissionais e a conscientização da importância da inclusão.

**Entrevistada 9:** Todos os dias temos desafios na vida de professor, nossos desafios na sala de aula, são que todos os alunos se envolvam e participem... durante esse processo com os alunos ganhamos crescimento, melhoria nas estratégias aplicadas.

**Entrevistada 10:** Falta de recursos financeiros.

Dentre os desafios, os profissionais destacaram a ausência de recursos pedagógicos, estrutura do espaço escolar, auxílio financeiro e o despreparo por parte do professor. Como se observa, a ausência de material escolar ocasiona empecilhos para a aprendizagem dos alunos. Pois, no processo de ensino aprendizagem e da própria relação professor-aluno, “a desorganização do espaço na sala de aula influencia na didática do professor, que não possui muitos meios para lecionar, por conta da indisponibilidade de materiais de apoio” (Monteiro; Silva, 2015, p. 21).

Quando questionados se os recursos da escola são utilizados para o apoio da inclusão, eles responderam que:

**Entrevistada 1:** Os recursos disponíveis na escola não é o suficiente.

**Entrevistada 2:** Com certeza, são utilizados.

**Entrevistada 3:** Sim.

**Entrevistada 4:** Sim.

**Entrevistado 5:** Sim.

**Entrevistada 6:** Sim.

**Entrevistada 7:** Sim.

**Entrevistada 8:** Sim.

**Entrevistada 9:** Apesar dos desafios em termos de recursos, os professores realizam abordagens criativas para otimizar os meios disponíveis, promovendo uma cultura de inovação e eficiência. Oferecem o melhor suporte possível dentro das circunstâncias, garantindo que cada aluno se beneficie de uma abordagem inclusiva, mesmo diante de limitações materiais.

**Entrevistada 10:** Sim, a escola investe e se empenha para manter a inclusão de todos. Há material didático para os alunos, equipamentos assistivos para atender as necessidades específicas, e muitas outras formas para que nenhum se sinta excluído dos demais.

Os entrevistados apontam que os recursos são utilizados com foco na inclusão. Com base nas reflexões e análises dos relatos dos entrevistados, o desenvolvimento de metodologias e recursos didáticos direcionados ao atendimento das necessidades dos alunos especiais é um elemento importante para a concretização do processo de ensino aprendizagem dos alunos. Visto que, para se obter uma educação inclusiva é necessário ir além da integração de alunos

com necessidades especiais em salas regulares, é preciso torna o ambiente escolar um espaço onde todos, inclusive os alunos que não possuem nenhuma deficiência possam usufruir de uma educação igualitária, inclusiva e transformadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em linhas gerais, o estudo evidenciou que a escola pública “Vitor Costa”, localizada na zona rural de Magalhães de Almeida, Maranhão, e os profissionais que nela atuam apresentam certa fragilidade ao desenvolver propostas pedagógicas considerando as individualidades e especificidades dos seus estudantes.

Como foi ressaltado entre os participantes da pesquisa, a escola e os professores se empenham na elaboração e desenvolvimento de propostas didáticas e pedagógicas que promovam a aprendizagem dos estudantes que apresentem necessidades educacionais, mas é necessário mais apoio técnico (formação específica em Libras, Braille, Relações Étnico-Raciais, Gênero, Diversidade, etc.), profissional (formação continuada em Educação Inclusiva e Educação Especial) e estrutural (salas de apoio, equipamentos, ferramentas e instrumentos didáticos) para que a escola ofereça de fato uma Educação Inclusiva.

Com base no estudo, foi possível observar que é preciso perceber as lacunas existentes que dificultam a real inclusão dos estudantes com deficiência no cotidiano escolar e de sala de aula, e configuram-se como fatores que contribuem para não inclusão dos alunos: a ausência de recursos pedagógicos, estrutura do espaço escolar, auxílio financeiro e o despreparo por parte do professor.

Enfim, percebeu-se que o ambiente escolar da rede regular de ensino ainda tem um longo caminho a percorrer para se tornar realmente inclusiva, conforme o esperado e proposto nas políticas educacionais inclusivas e nos estudos que versam sobre a Educação Inclusiva.

Desse modo, fazer valer e cumprir as políticas públicas e as diretrizes curriculares voltadas para a inclusão escolar das pessoas com deficiência é um desafio e obrigação de todos nós, sociedade, e os profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o processo educativo.

Assim, é necessário incorporar práticas pedagógicas que abarquem a diversidade social, econômica, cultural, religiosa existente no espaço escolar, e com isso, incluir recursos pedagógicos que podem auxiliar nesse processo inclusivo.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Inclusiva**: Documento Subsidiário à Política de Inclusão. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. **Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996** (Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Leis/19394>. Acesso em: 04/06/2019.

DUPONT LÓ, Judithe Eva. Uma escola para todos e para cada um: escola inclusiva, uma comunidade de aprendizes. **Conjectura**, Judith Eva Dupont Ló, v. 15, n. 1, jan./abr. 2010.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA FONTES, Rejane de. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 32, núm. 2, 2007, pp. 343-355.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 1988.

HORA, Genigleide Santos da. **Práticas pedagógicas inclusivas**: percepção das educadoras brasileiras e lusitanas. Universidade Federal da Bahia, 2020.

KELMAN, Celeste Azulay. Significação e Aprendizagem do aluno surdo. In: MARTÍNEZ, Albertina Mitjans. TACCA, Maria Carmem Villela Rosa. Orgs. **Possibilidades de Aprendizagem**: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

LIMA, Vanessa da Costa. A formação continuada de docente para a educação inclusiva. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC, Curso de Pedagogia, Gramma-DF, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? — São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, L. A. R.; et al. **Inclusão**: compartilhando saberes. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Shirlene Gomes da Silva; DIAS, Viviane Borges. Formação de pedagogos para o contexto inclusivo: um estudo de revisão. **Revista Educação Especial**, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-21.

OLIVEIRA, Wilândia Mendes de. Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem. 2018. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivo/arqidvol\\_28\\_1391209402.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivo/arqidvol_28_1391209402.pdf) Acesso em 17/03/2024

ROCHA, Gilda Fernandes Silva. VIEIRA, Márcia de Freitas. Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota. **Dialogia**, São Paulo, n. 39, p. 1-14, e20600, set./dez. 2021.

RODRIGO, P. M. L.; LIMA, W. D. S. R.; VIANA, M. A. P. A importância da formação continuada de professores da educação básica: A arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes Docentes em Ação**, Maceió, v. 03, n. 01, p. 28-47, set./2017.

SANCHES, Isabel. Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-ação à educação inclusiva. **Revista Lusófona de Educação**, núm. 5, 2005, pp. 127-142.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SOUSA, Ivan Vale de. **Educação Inclusiva no Brasil**: história, gestão e política (Coleção Educação Inclusiva no Brasil, volume 1) /Organização Ivan Vale de Sousa – Jundiaí SP]: Paco Editorial, 2019.

PLAISANCE, Eric. **Da educação especial à educação inclusiva**: esclarecendo as palavras para definir as práticas. Educação (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 2, p. 230-238, maio-ago. 2015.

SANTOS, Alexsandro. In: Congresso de educação apresenta proposta de escola mais inclusiva. Ludmilla Sousa – Repórter da Agência Brasil – São Paulo, 2022.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O; ALVES, L H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Caderno da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83/2021.